

Plano Plurianual 2016-19

Projeto de Lei Orçamentária 2016

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

Ministério da Fazenda

31 de agosto de 2016

Estrutura

1. Cenário Macroeconômico
2. PPA 2016-2019
3. PLOA 2016
4. Programa fiscal de longo prazo

**CENÁRIO
MACROECONÔMICO
2016-2019**

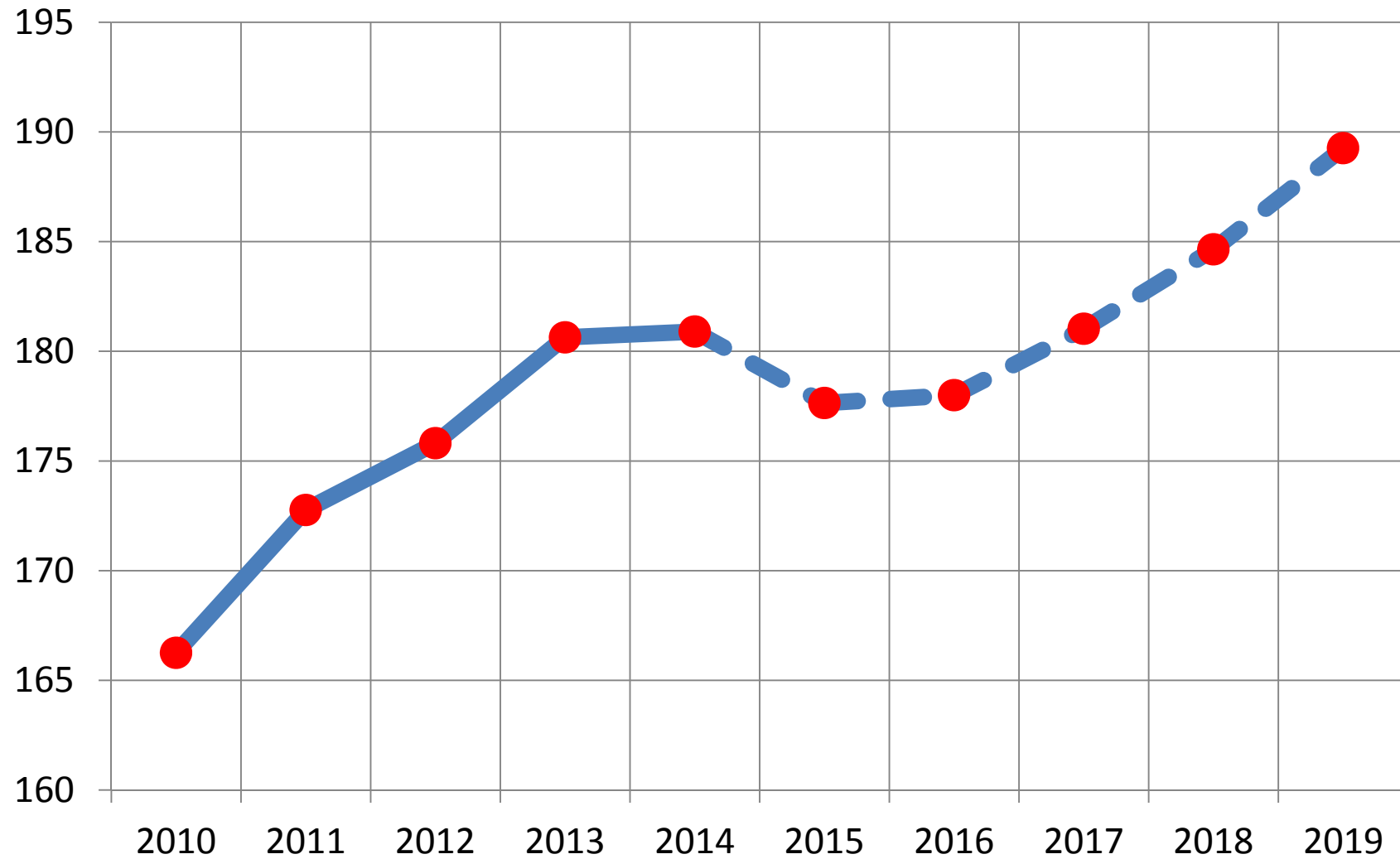
Recuperação econômica gradual e sustentável

- Cenário para 2016-19 é de recuperação do crescimento com redução da inflação.
- O crescimento do saldo comercial (demanda externa líquida) marca o início da recuperação da economia.
- Este processo será reforçado pelo novo ciclo de aumento dos investimentos, a partir da ampliação e redesenho de vários programas do governo (PAC, PNE, PIL, PIEE e PNBL).
- A redução da inflação permitirá a redução da taxa de juro e a recomposição do poder de compra dos salários, com efeitos positivos sobre a renda e as expectativas das famílias
- A recuperação do investimento e do consumo será acompanhada pela retomada da expansão do crédito.

Cenário Econômico

	2015	2016	2017	2018	2019
PIB (crescimento real - % a.a.)	-1,8	0,2	1,7	2,0	2,5
IPCA (acumulado - var. %)	9,25	5,40	4,50	4,50	4,50
Salário Mínimo (R\$)	788,0	865,5	910,4	957,8	1.020,8

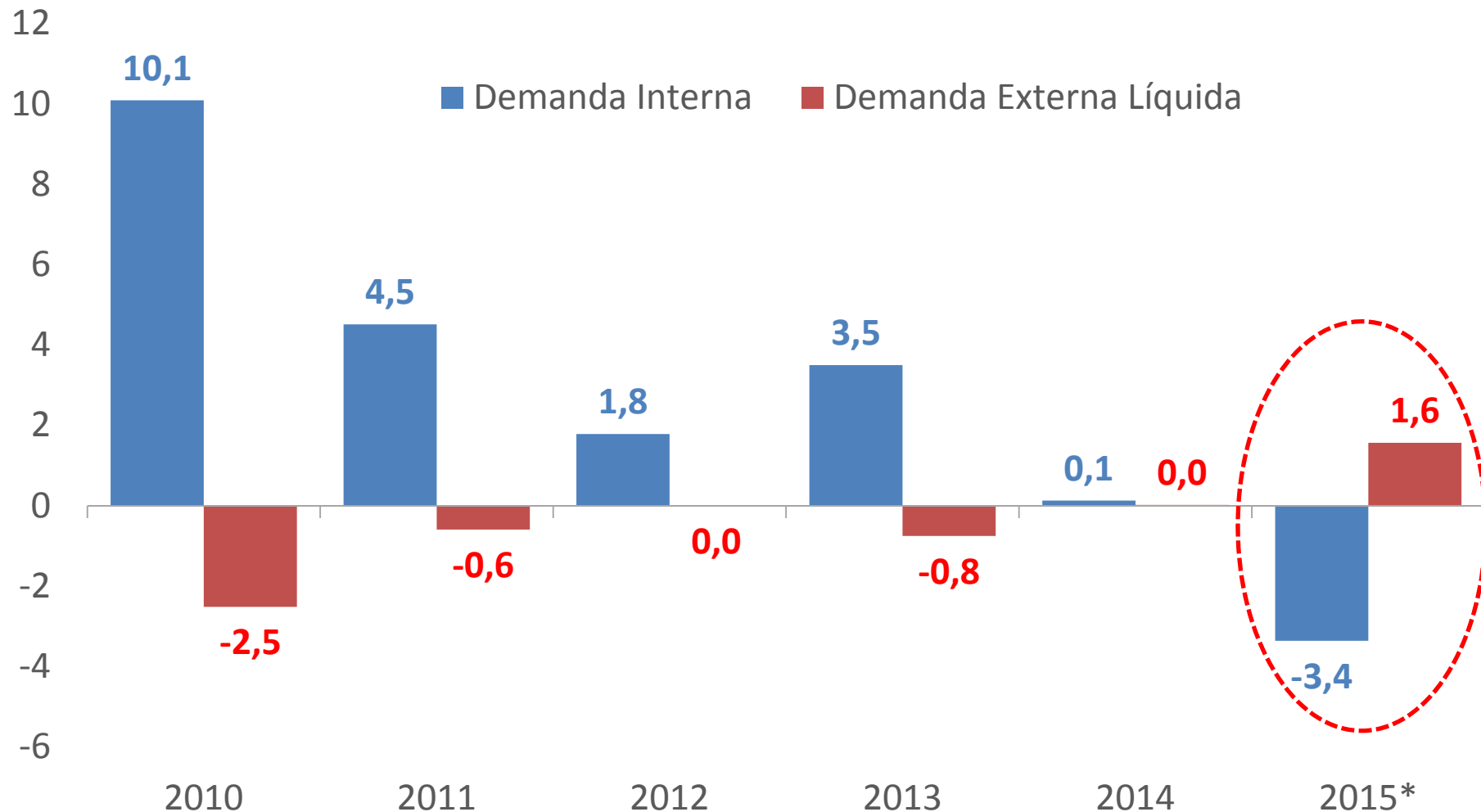
Cenário de recuperação do PIB



Base 100 = Média de 1994. Fonte: IBGE e MF.

Demanda externa e interna: impulso positivo do saldo comercial já está em curso

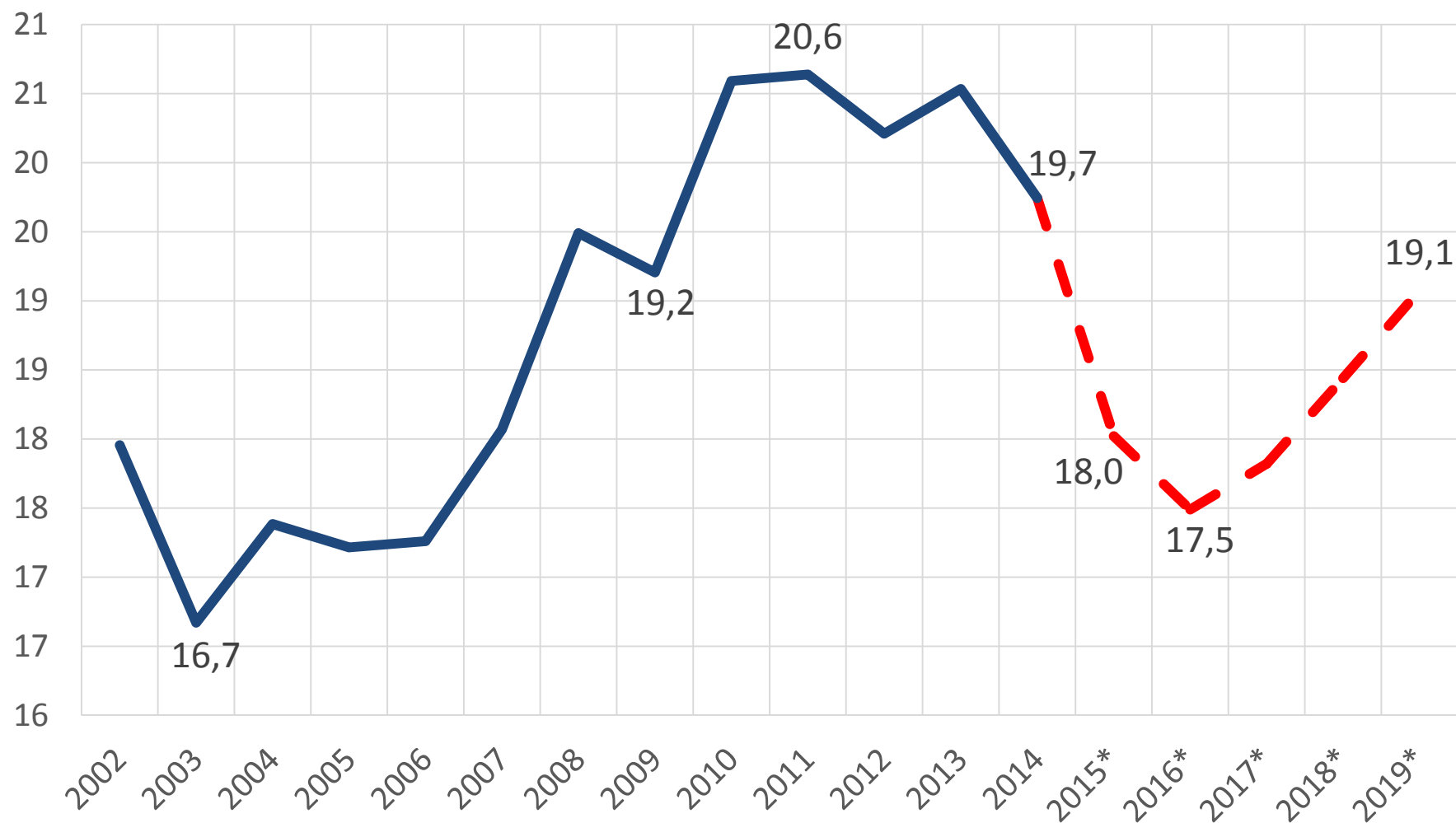
(contribuição para o crescimento do PIB em ponto percentual)



* Acumulado em 4 trimestre até 2º trimestre de 2015

Fonte: IBGE.

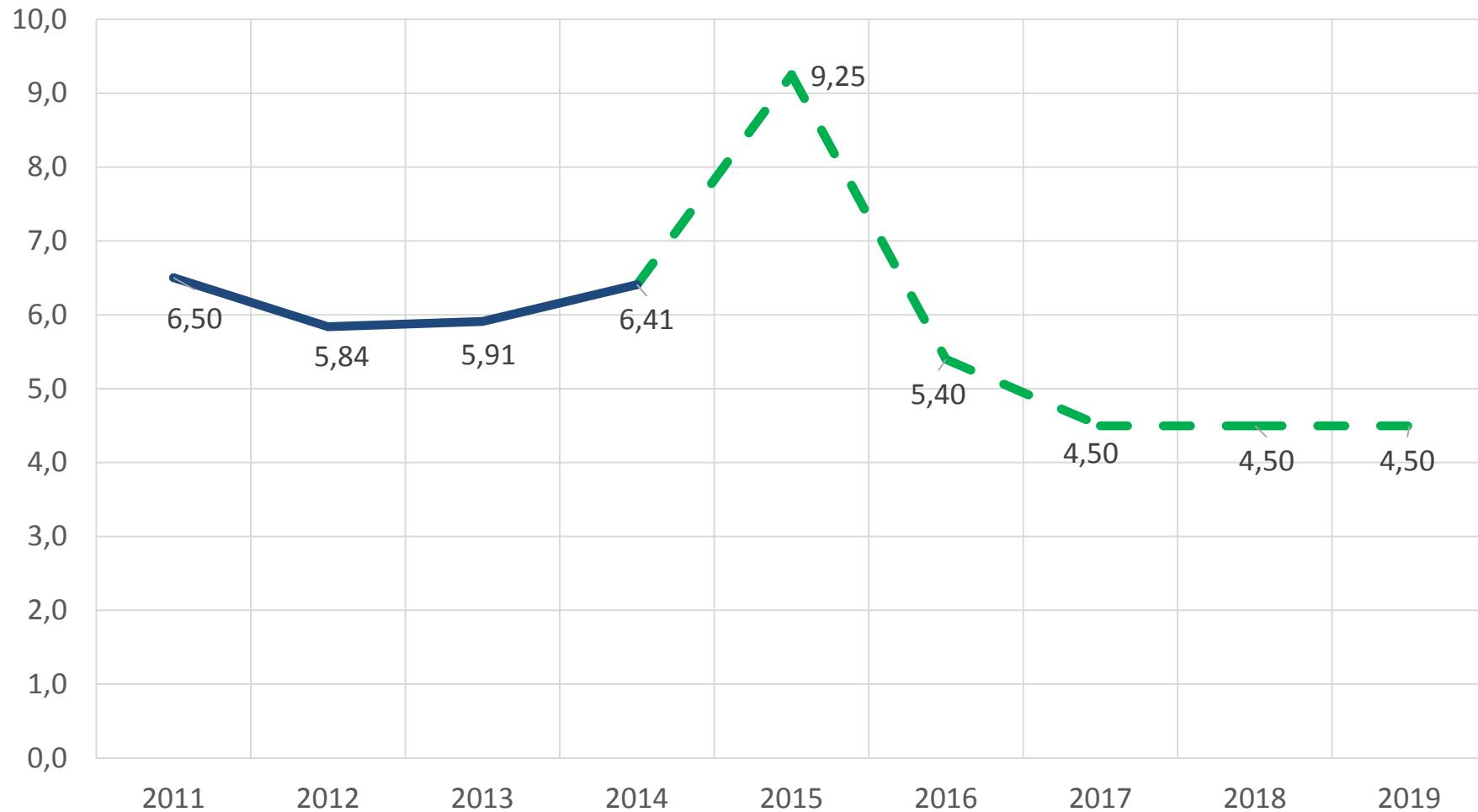
Recuperação da taxa de investimentos com a retomada do crescimento e dos programas de concessões



Fonte: IBGE.

* Projeções baseadas na Grade de Parâmetros/MF de 07/08/2015 e no PIL.

Redução da inflação contribuirá para a retomada da confiança e do consumo das famílias a partir de 2016



Fonte: IBGE e BCB.

* Projeções baseadas na Grade de Parâmetros/MF de 07/08/2015.

Medidas para aumentar a produtividade

Aumento do investimento, especialmente em infraestrutura (PAC, PIL, PíEE e PNBL)

Aumento do investimento em educação (FIES, PRONATEC, PROUNI, REUNI, e FUNDEB)

ACELERAÇÃO DA
PRODUTIVIDADE
DO TRABALHO

Incentivo à Pesquisa, Desenvolvimento e inovação (EMBRAPA, EMBRAPI e Inova Empresa)

Reformas institucionais (simplificação tributária, desburocratização e melhor regulação dos mercados)

PLANO PLURIANUAL 2016-2019

Desenvolvimento,
Produtividade e Inclusão Social



O Plano Plurianual

O PPA é o instrumento de planejamento governamental que espelha as Diretrizes, Objetivos e Metas do governo para um período de quatro anos:

- Determinação do Art. 165 da Constituição Federal de 1988
- Elaborado no primeiro ano de cada mandato, deve incluir todos os **investimentos e as despesas de caráter continuado** que serão efetuadas no período
- É a base para a elaboração dos Orçamentos Anuais e serve de referência para os demais Planos Nacionais e Setoriais

Eixos Estratégicos dos PPAs anteriores

PPA 2004-2007

Inclusão social

Desconcentração de renda (valorização do salário mínimo)

Fortalecimento do mercado interno

Redução da vulnerabilidade externa

Fortalecimento da democracia e da cidadania

Investimento em infraestrutura

PPA 2008-2011

Manutenção e expansão dos investimentos em infraestrutura (PAC, MCMV)

Garantia para a educação de qualidade (PDE)

Agenda Social

Ampliação do Programa Bolsa Família

PPA 2012-2015

Erradicação da pobreza extrema (BSM)

Manutenção e expansão dos investimentos em infraestrutura (PAC 2 e MCMV)

Apoio a manutenção do emprego e da renda

Qualificação da mão-de-obra (Pronatec e Programa Ciências sem fronteira)

Eixos Estratégicos da proposta de PPA 2016-2019

1. **Educação de qualidade** como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico
2. **Inclusão social e redução de desigualdades**, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade.
3. Ampliação da **produtividade e da competitividade da economia**, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e **ênfase nos investimentos públicos e privados**, especialmente em infraestrutura.
4. **Fortalecimento das instituições públicas**, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão.

Elaboração Participativa

GOVERNO FEDERAL

- Foram realizadas 120 oficinas temáticas, envolvendo 4 mil técnicos de todos os ministérios, órgãos, entidades e empresas públicas.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- A elaboração contou com uma ampla participação social, com a realização de duas edições nacionais do Fórum Dialoga Brasil Interconselhos, 6 fóruns regionais e 4 setoriais, com a participação de mais de 4 mil representantes da sociedade civil.

ARTICULAÇÃO FEDERATIVA

- No processo de elaboração os Estados também participaram por meio do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais do Planejamento - CONSEPLAN

Destques

SAÚDE

- Ampliar de 39 mil para 46 mil as equipes de Saúde da Família
- Ampliar de 18,2 mil para 20,3 mil médicos (brasileiros e estrangeiros) em regiões prioritárias para o SUS (Programa Mais Médicos)

EDUCAÇÃO

- Apoiar a oferta de educação pública em tempo integral para 5 milhões de alunos (em 2014 eram 4,4 milhões de alunos)
- Apoiar a construção de 3 mil escolas de educação básica
- Ampliar para 1,4 milhão o número de matrículas nas instituições federais de ensino superior (em 2013 eram 932 mil)
- Ofertar 5 milhões vagas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada do Pronatec

TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Realizar 18,5 milhões de operações de microcrédito produtivo orientado

Destaques

AGRICULTURA FAMILIAR

- Efetivar 7,8 milhões de operações de crédito rural no PRONAF
- Prestar assistência técnica e extensão rural para 1,7 milhão de famílias de agricultores familiares e assentados da reforma agrária

REFORMA AGRÁRIA

- Assentar 120 mil famílias
- Georreferenciar 10 milhões de hectares na Amazônia Legal

COMUNICAÇÕES

- Disponibilizar o serviço de banda larga móvel em todos os municípios
- Implantar TV Digital nos 3,2 mil municípios ainda não atendidos

MOBILIDADE URBANA

- Apoiar a implantação e/ou requalificação de 1.480 km de sistemas de transporte sobre pneus e 320 km de sistemas de transporte sobre trilhos

Destques

TRANSPORTE TERRESTRE

- Construir ou pavimentar 1,1 mil km de rodovias
- Conceder mais 6,9 mil km de rodovias federais e duplicar 2,7 mil km de rodovias federais já concedidas
- Expandir em 1,1 mil km a malha ferroviária no país com recursos do OGU
- Conceder 1,5 mil km de ferrovias existentes, com expansão de mais 2,5 mil km da malha ferroviária federal pelas concessionárias

ENERGIA ELÉTRICA

- Adicionar capacidade instalada de geração de energia elétrica em 29.365 MW, com destaque para 14.655 MW de fonte hídrica e 7.500 MW de fonte eólica
- Implantar 23 mil km de novas linhas de transmissão no Sistema Elétrico Nacional

Destques

PETRÓLEO E GÁS

- Produzir em média 2,5 milhões de barris de petróleo por dia até 2019 (em 2014 era de 2,2 milhões)

COMBUSTÍVEIS

- Expandir a capacidade de processamento de petróleo de modo a processar 2,5 milhões de barris de petróleo por dia até 2019 (em 2014 era 2,1 milhões)

AVIAÇÃO CIVIL

- Ampliar a rede de aeroportos nacionais para o transporte de 385 milhões de passageiros/ano (em 2014 era de 303 milhões) e aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais para 2,4 milhões de toneladas (em 2014 era 1,8 milhões) – via OGU e concessões

PORTOS

- Ampliar concessões (arrendamentos, autorizações e renovações), executar obras e serviços de dragagem em 12 portos nacionais e implementar o sistema Porto Sem Papel (PSP) em 165 Terminais de Uso Privado alfandegados

Destques

MORADIA DIGNA

- Contratar a construção de 3 milhões de moradias por meio do Minha Casa Minha Vida
- Ampliar em 1,9 bilhões de m³ a capacidade de armazenamento de água

MUDANÇA DO CLIMA

- Expandir para todos os biomas o monitoramento por satélite do desmatamento, da degradação florestal e do uso da terra (atualmente só no Bioma Amazônico)

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

- Ampliar de 155 para 215 unidades de conservação federais dotadas de planos de manejo

RECURSOS HÍDRICOS

- Concluir a implantação dos eixos norte e leste do Programa de Integração do São Francisco (PISF)

Grandes Números do PPA 2016-19

Fonte de Recursos - R\$ bilhões				
Programas	Orçamentário	Extra-orçamentário (*)	Investimentos das Estatais	Total
Programas Temáticos	3.793,5	2.761,5	343,5	6.898,5
Social e Segurança Pública	3.441,2	323,2	1,3	3.765,7
Infraestrutura	148,4	944,9	342,2	1.435,5
Desenvolvimento Produtivo e Ambiental	114,4	1.252,9	0,0	1.367,3
Especial	89,5	240,5	0,0	330,0
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	1.278,1	0,0	41,3	1.319,4
Total	5.071,6	2.761,5	384,8	8.217,9

* Renúncia Fiscal, Plano de Dispêndios Globais das Estatais, Fundos, Agências Oficiais de Crédito e Parcerias com o Setor Privado

PLOA 2016

RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL

Discriminação	2015		PLOA 2016	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
Receita total	1.322,3	22,7	1.401,8	22,4
(-)Transferências	213,7	3,7	221,7	3,5
Receita Líquida	1.108,6	19,0	1.180,1	18,9
Despesa total	1.105,8	19,0	1.210,6	19,4
Despesa obrigatória	871,8	15,0	960,2	15,4
Despesa discricionária Executivo	233,9	4,0	250,4	4,0
Resultado Primário	5,8	0,1	-30,5	-0,5

RECEITA 2016

Discriminação	2015		PLOA 2016		Diferença	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	pp PIB
Receita total	1.325,3	22,8	1.401,8	22,4	76,5	-0,4
Administrada	818,9	14,1	862,8	13,8	43,9	-0,3
IR	311,1	5,3	324,3	5,2	13,2	-0,2
IPI	53,0	0,9	58,7	0,9	5,8	0,0
CSLL	67,4	1,2	67,5	1,1	0,1	-0,1
PIS/COFINS	263,2	4,5	293,5	4,7	30,3	0,2
Demais	124,1	2,1	118,7	1,9	-5,5	-0,2
Previdência Social	350,0	6,0	366,1	5,9	16,1	-0,2
Demais - Não Adm. pela RFB	156,5	2,7	173,0	2,8	16,5	0,1
Operação com ativos	3,0	0,1	27,3	0,4	24,3	0,4
Concessões	18,3	0,3	10,0	0,2	-8,2	-0,2
Dividendos	17,0	0,3	12,2	0,2	-4,8	-0,1
Compensações Financeiras	31,1	0,5	33,0	0,5	1,9	0,0
Demais	87,1	1,5	90,5	1,4	3,3	0,0
Transferências	213,7	3,7	221,7	3,5	8,0	-0,1
Receita Líquida	1.111,6	19,1	1.180,1	18,9	68,5	-0,2

NOVAS MEDIDAS TRIBUTÁRIAS

- Revisão da desoneração do PIS/Cofins de computadores, tablets e smartphones
- Revisão da tributação de bebidas quentes (destilados, vinhos, outros)
- Revisão do imposto de renda sobre direito de Imagem
- IOF sobre operações de crédito do BNDES

Arrecadação estimada em 2016: R\$ 11,2 bi

OPERAÇÕES COM ATIVOS E CONCESSÕES

- Venda de participações acionárias não prioritárias da administração direta e indireta
- Alienação de imóveis e de direitos de domínio da União
- Aperfeiçoamento e aumento da cobrança da Dívida Ativa da União
- Leilão da folha de pagamento
- Ampliação de concessões

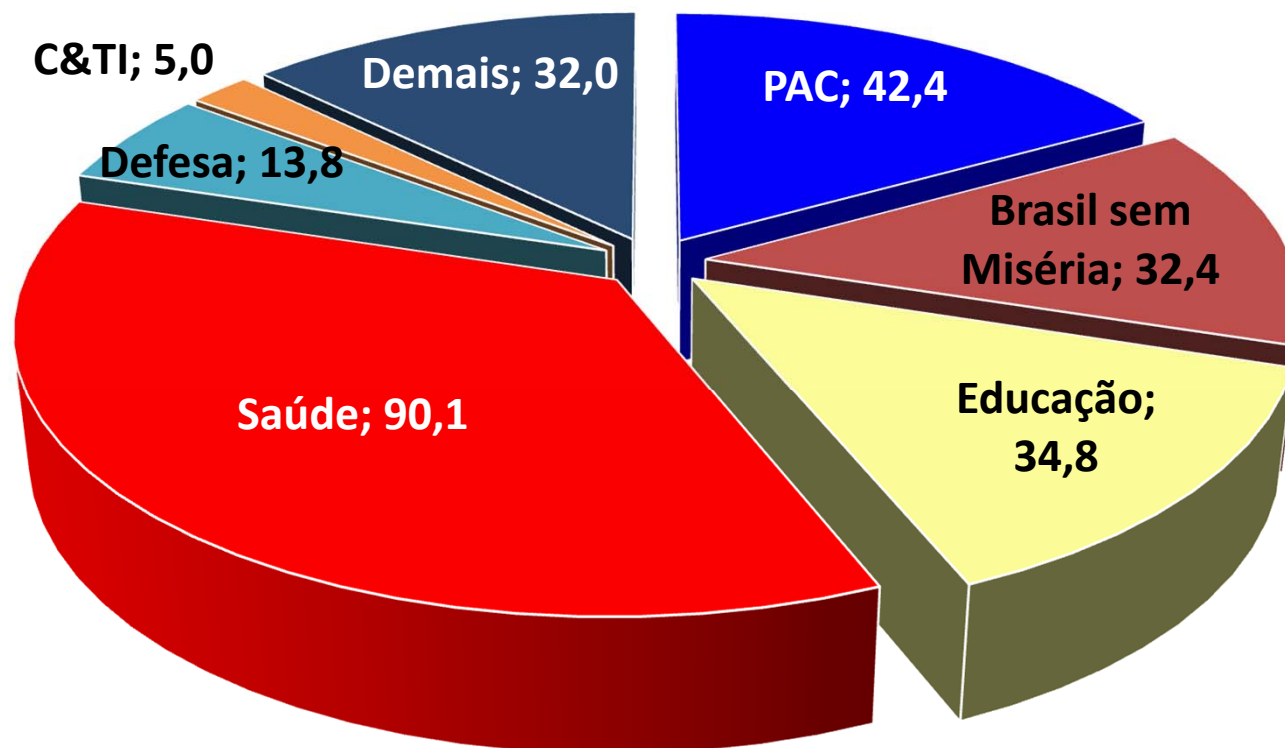
Arrecadação estimada em 2016: R\$ 37,3 bi

Despesa Total

Discriminação	2015		PLOA 2016		Diferença	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	pp PIB
Despesa total	1.105,8	19,0	1.210,6	19,4	104,8	0,4
Despesa obrigatória	871,8	15,0	960,2	15,4	88,3	0,4
Pessoal (exceto FCDF)	230,9	4,0	252,6	4,0	21,7	0,1
Benefícios Previdenciários	438,9	7,5	491,0	7,9	52,2	0,3
Reserva de Contingência	0,0	0,0	7,6	0,1	7,6	0,1
Demais Obrigatórias	202,1	3,5	208,9	3,3	6,8	-0,1
LOAS/RMV	43,2	0,7	46,1	0,7	2,9	0,0
FAT	45,8	0,8	55,0	0,9	9,2	0,1
Subsídios e Subvenções	20,6	0,4	28,3	0,5	7,7	0,1
CDE	1,3	0,0	0,0	0,0	-1,3	0,0
Desoneração da folha	22,7	0,4	18,5	0,3	-4,2	-0,1
Demais	68,6	1,2	61,0	1,0	-7,6	-0,2
Despesa discricionária Poder Executivo	233,9	4,0	250,4	4,0	16,5	0,0

DESPESA DISCRICIONÁRIA

R\$ 250,4 bilhões



PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PAC 2016

Áreas	R\$ Bilhões
	PLOA 2016
Minha Casa, Minha Vida (MCMV)	15,6
Infraestrutura Logística (Rodovias, Ferrovias, Portos, Aeroportos e Hidrovias)	12,4
Infraestrutura Social e Urbana (Exceto MCMV) Mobilidade, Saneamento, Prevenção Risco, Urbanização, Creches, UBS e UPA, Cidades Históricas	5,0
Defesa (inclui Satélite)	4,6
Infraestrutura Hídrica	3,5
Outros	1,3
Total	42,4

Despesas Discricionárias

R\$ milhões

Órgão *	3ª Avaliação 2015	PLOA 2016	Varição
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	35.221,6	42.408,6	7.187,0
Advocacia Geral da União	350,1	423,1	73,1
Agricultura	1.815,8	2.072,0	256,2
Cidades	557,8	593,1	35,3
Ciência, Tecnologia e Inovação	3.615,9	4.340,3	724,4
Comunicações	331,6	373,7	42,1
Controladoria-Geral da União	97,7	114,0	16,3
Cultura	729,7	799,1	69,4
Defesa	12.260,8	13.776,2	1.515,4
Des. Agrário	1.653,6	2.118,5	464,9
Des. Ind. Com. Exterior	959,1	1.012,1	53,1
Des. Social e Combate à Fome	31.126,8	32.477,3	1.350,6
Educação	33.025,9	33.316,6	290,7
Educação/MCTI - CSF	3.526,4	2.102,6	-1.423,8
Esportes	801,7	866,8	65,1
Fazenda	3.473,0	4.304,6	831,6
Integração Nacional	423,0	490,2	67,2
Justiça	2.884,8	3.403,5	518,7
Meio Ambiente	803,1	925,6	122,5
Minas e Energia	576,6	642,4	65,8

Despesas Discricionárias

R\$ milhões

Órgão *	3ª Avaliação 2015	PLOA 2016	PLOA 2016
Pesca e Aquicultura	154,5	165,9	11,3
Planejamento	725,6	885,8	210,2
Presidência da República	783,5	855,8	72,3
Previdência Social	2.108,1	2.385,1	277,0
Relações Exteriores	1.163,2	1.634,3	471,1
Saúde	86.762,7	90.066,5	3.303,8
Sec Assuntos Estratégicos	55,1	64,0	8,9
Sec Aviação Civil	316,8	1.109,0	792,2
Sec Direitos Humanos	119,4	146,9	27,4
Sec Micro e Pequena Empresa	52,5	62,9	10,5
Sec Pol Promoção Igualdade Racial	26,8	42,7	16,0
Sec Políticas para as Mulheres	108,9	136,6	27,7
Secretaria de Portos	81,2	101,8	20,6
Trabalho	744,2	850,5	106,3
Transferências	126,3	133,2	6,9
Transportes	944,7	1.018,7	74,1
Turismo	302,9	357,9	55,1
Vice-Presidência da República	5,0	5,8	0,8
Demais**	497,2	3.834,4	3.287,2
Total	229.313,4	250.418,4	21.105,0

* Despesas Discricionárias do Poder Executivo, Exceto Emendas. **EFU, OOC, Censo Agropecuário e Reserva de Benefícios

CENÁRIO FISCAL

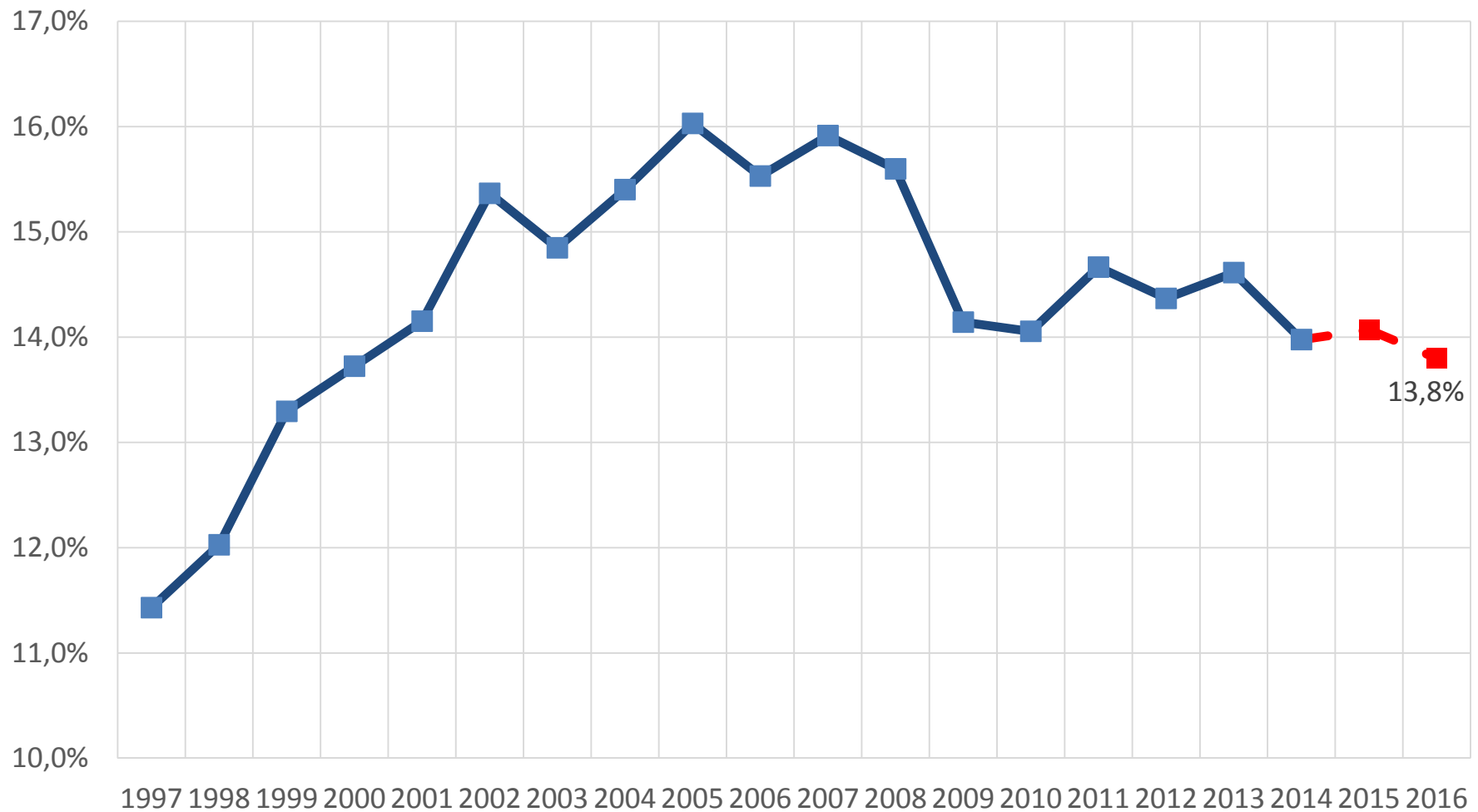
	2015	2016	2017	2018	2019
Superávit Primário do Setor Público Não-Financeiro	0,15	-0,34	1,30	2,00	2,00
Dívida Líquida	36,1	39,0	40,2	40,1	39,9
Dívida Bruta do Governo Geral	65,5	68,4	68,8	68,2	67,3
Resultado Nominal	-7,00	-5,86	-3,54	-2,60	-2,58

Fonte: MPOG e BCB baseado nas projeções da Grade de Parâmetros/MF de 07/08/2015

**PROGRAMA FISCAL
DE LONGO PRAZO
2016-2019**

Programa Fiscal de Longo Prazo 2016-19

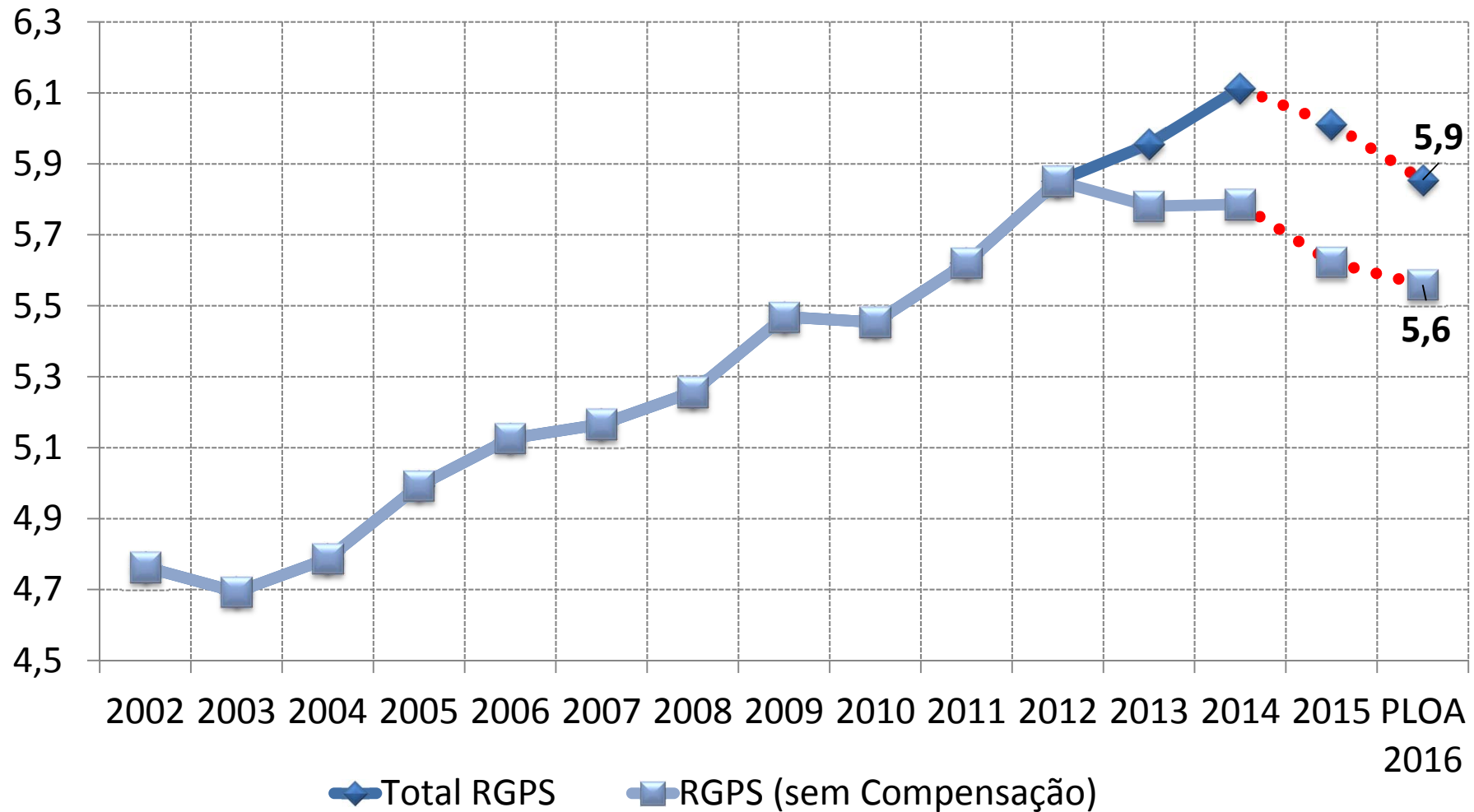
RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS (em % do PIB)



Fonte: STN.

RECEITA PREVIDENCIÁRIA

(em % PIB)



DESPESAS OBRIGATÓRIAS

(em % PIB)

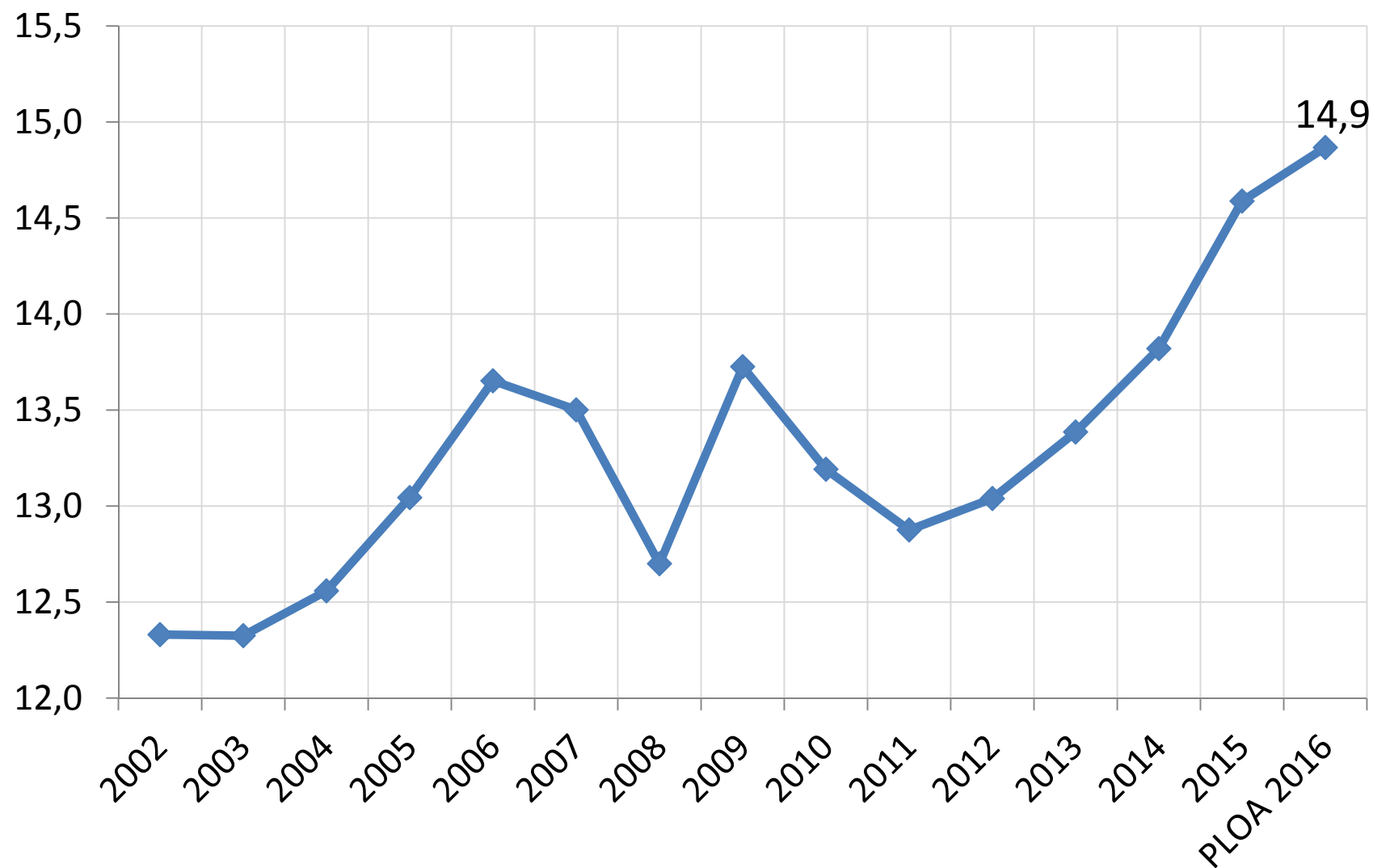
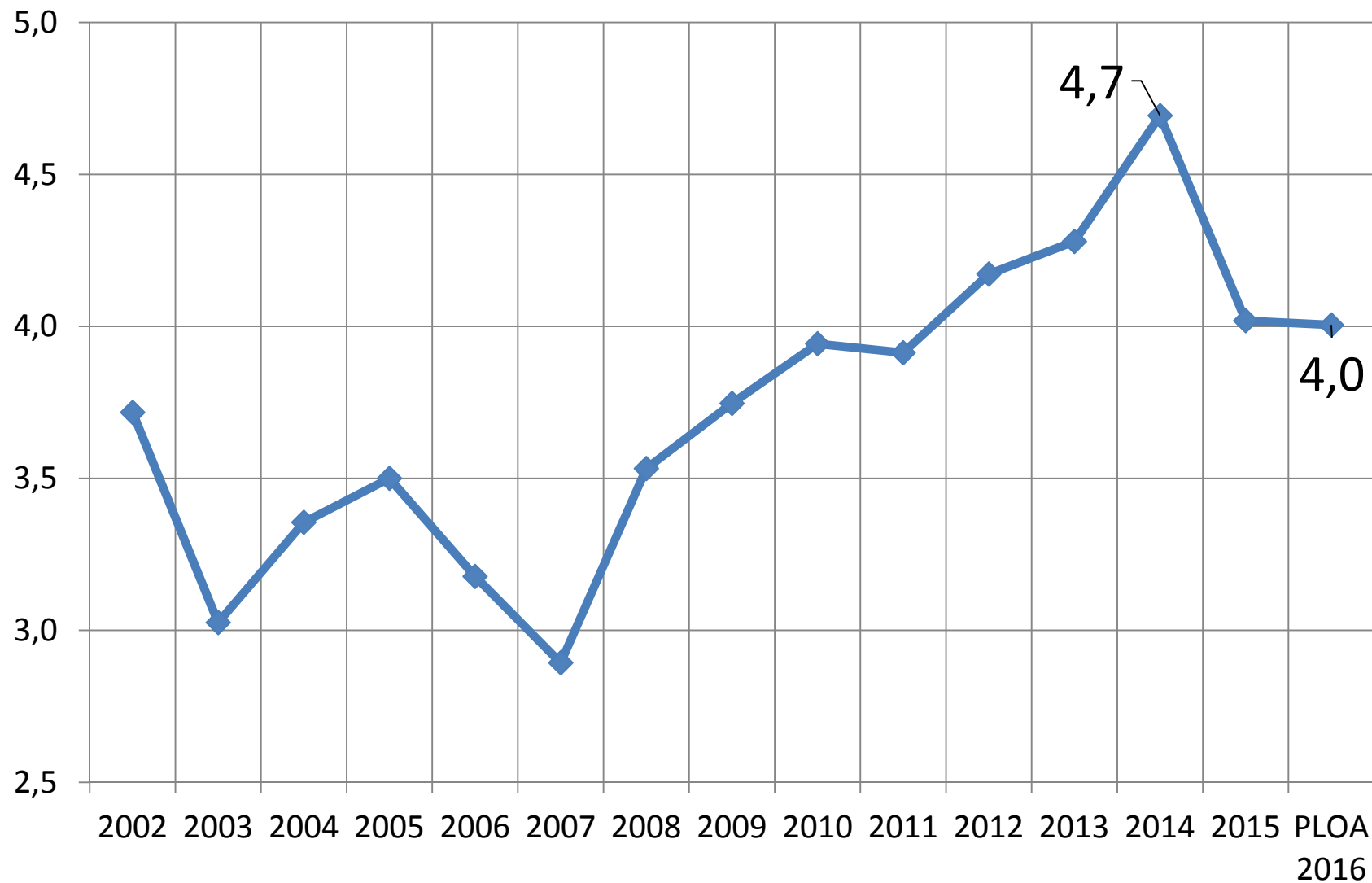
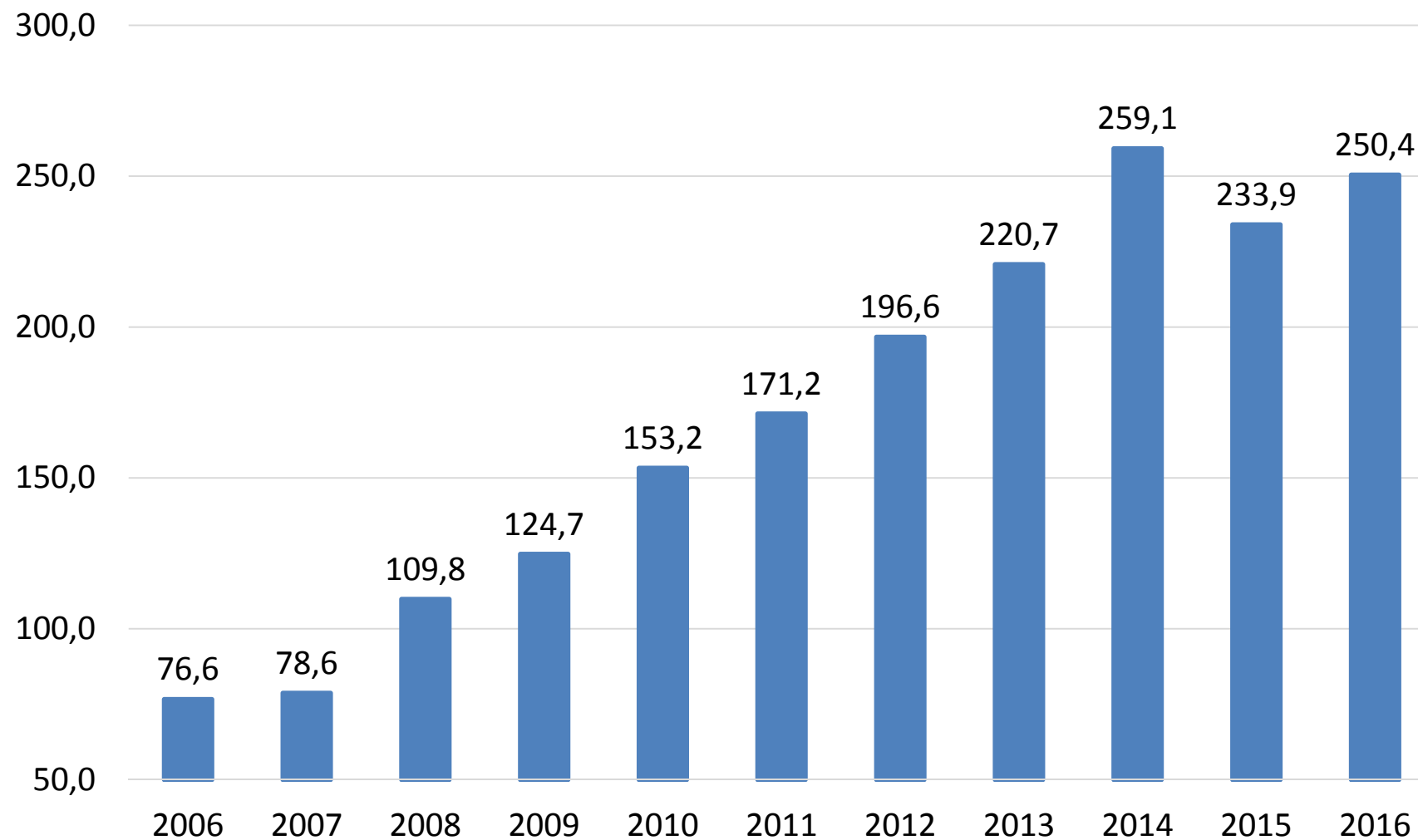


GRÁFICO DESPESA DISCRICIONÁRIA (em % PIB)



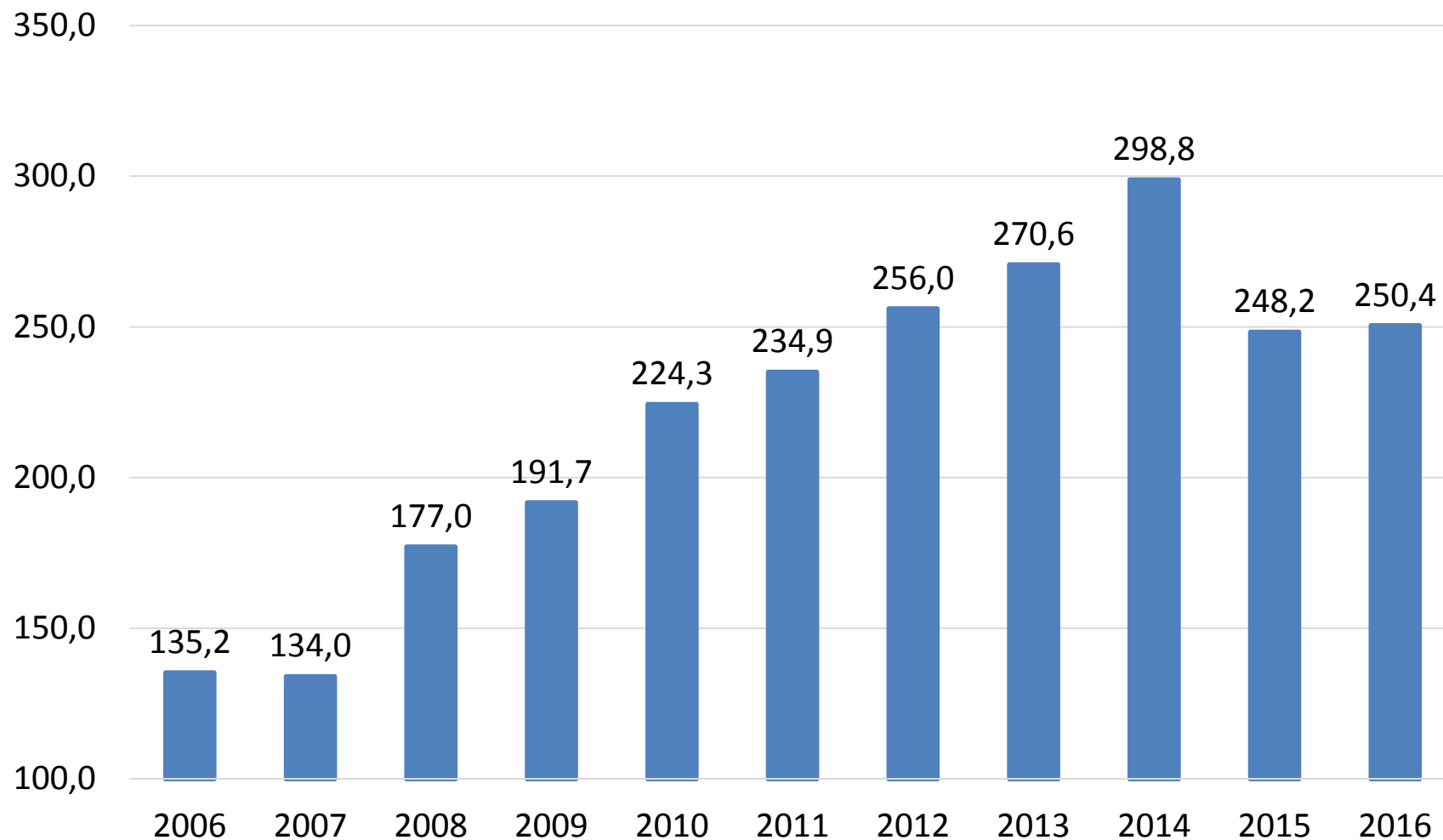
Fonte: MPOG.

Despesas Discricionárias (R\$ bilhões 2016)



Fonte: MPOG.

Despesas Discricionárias (R\$ bilhões 2016 – corrigido pelo IPCA)



Fonte: MPOG.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA PRIMÁRIA

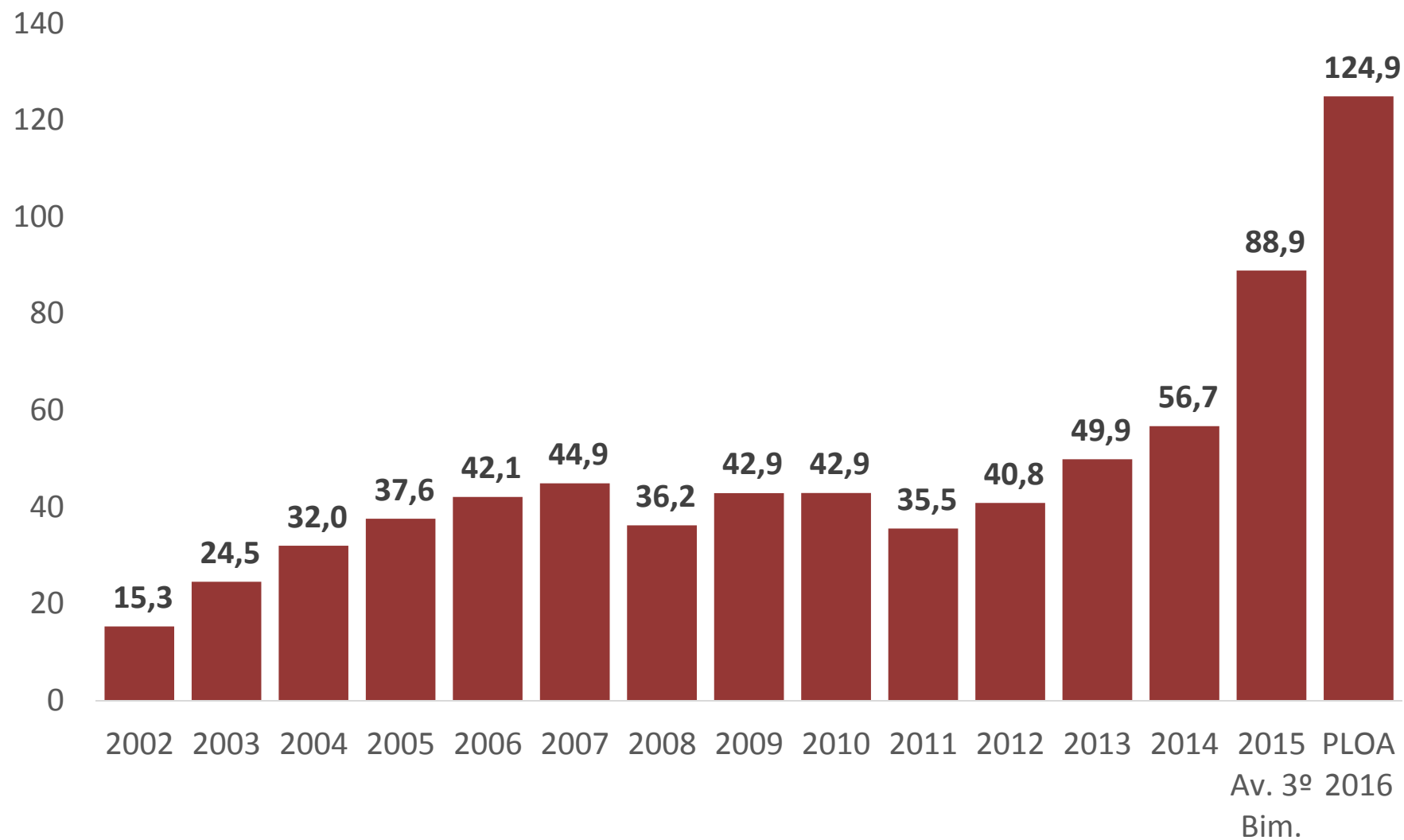
Itens NFGC	PLOA 2016		
	R\$ bi	% do PIB	% da despesa
Despesa Total	1.210,6	19,4%	100,0%
Não contingenciáveis total	1095,5	17,6%	90,5%
Despesas Obrigatórias	960,2	15,4%	79,3%
Previdência	491,0	7,9%	40,6%
Pessoal (exceto FCDF)	252,6	4,0%	20,9%
FAT	55,0	0,9%	4,5%
Loas	46,1	0,7%	3,8%
Subsídios	28,3	0,5%	2,3%
Desoneração Folha	18,5	0,3%	1,5%
Legislativo e Jud.	13,6	0,2%	1,1%
FCDF	12,0	0,2%	1,0%
Sentenças Judiciais	10,3	0,2%	0,9%
Demais obrigatórias (inclusive com controle)	32,7	0,5%	2,7%
Despesas Discricionárias não contingenciáveis	135,3	2,2%	11,2%
Saúde mínimo (exceto pessoal e benefícios)	89,5	1,4%	7,4%
Bolsa Família	28,8	0,5%	2,4%
Educação mínimo (exceto pessoal e benefícios)	17,0	0,3%	1,4%
Benefícios ao servidores	12,5	0,2%	1,0%
Despesas Discricionárias Contingenciáveis	115,1	1,8%	9,5%
PAC	42,4	0,7%	3,5%
Demais	72,7	1,2%	6,0%
Obs.: Despesas Discricionárias Totais	250,4	4,0%	20,7%

Exemplo de reforma de despesa obrigatória

Benefícios do FAT, em R\$ bi

	2014	2015	2016
Estimativa sem medidas			
Abono Salarial	17,4	18,8	20,8
Seguro Desemprego	36,4	42,7	49,1
Total do FAT	53,7	61,5	69,9
Estimativa com medidas			
Abono Salarial	17,4	9,4	16,6
Seguro Desemprego	36,4	36,4	38,5
Total do FAT	53,7	45,8	55,0
Economia com as medidas	0,0	15,7	15,0

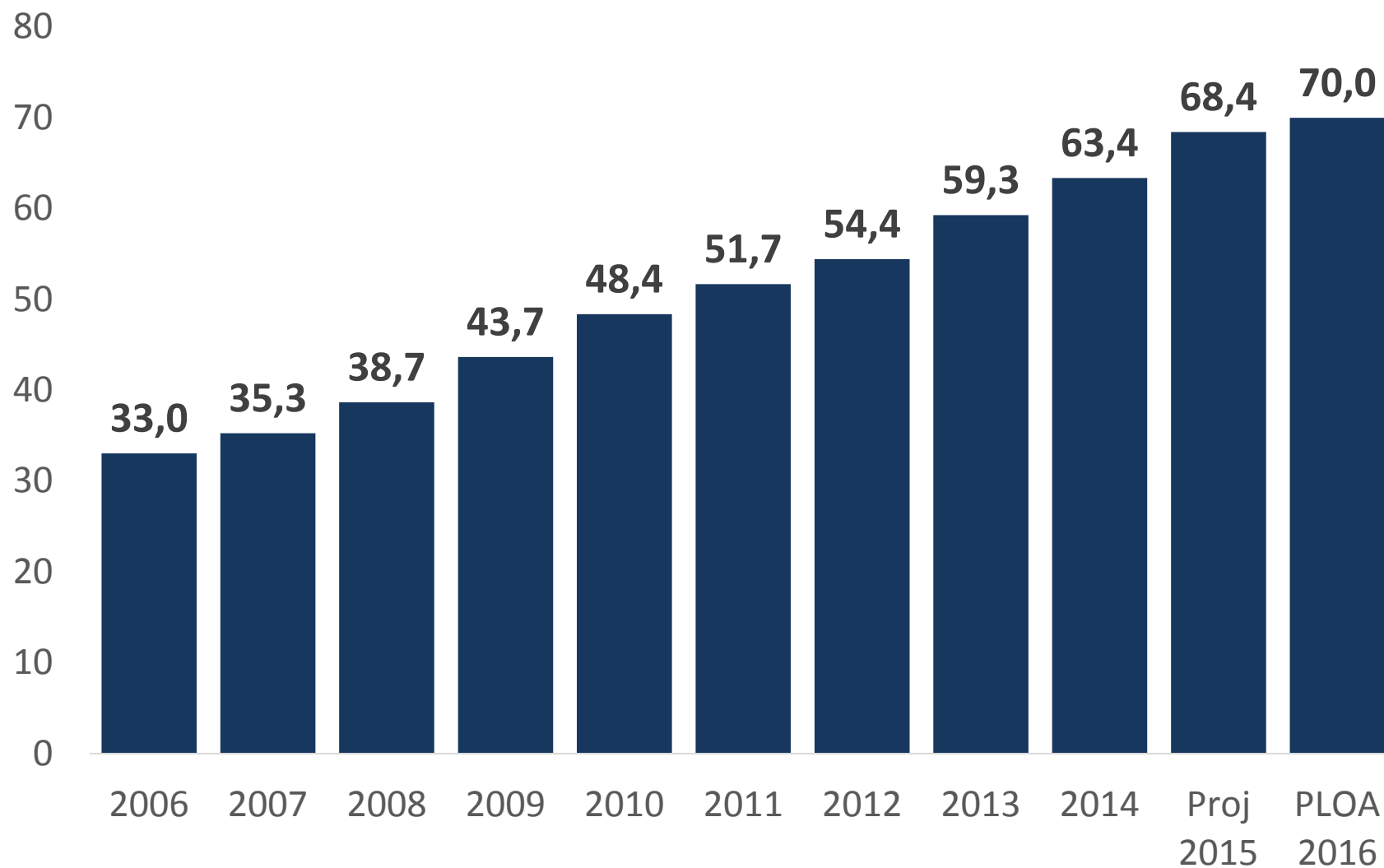
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA RGPS (R\$ bilhões)



Fonte: MPOG.

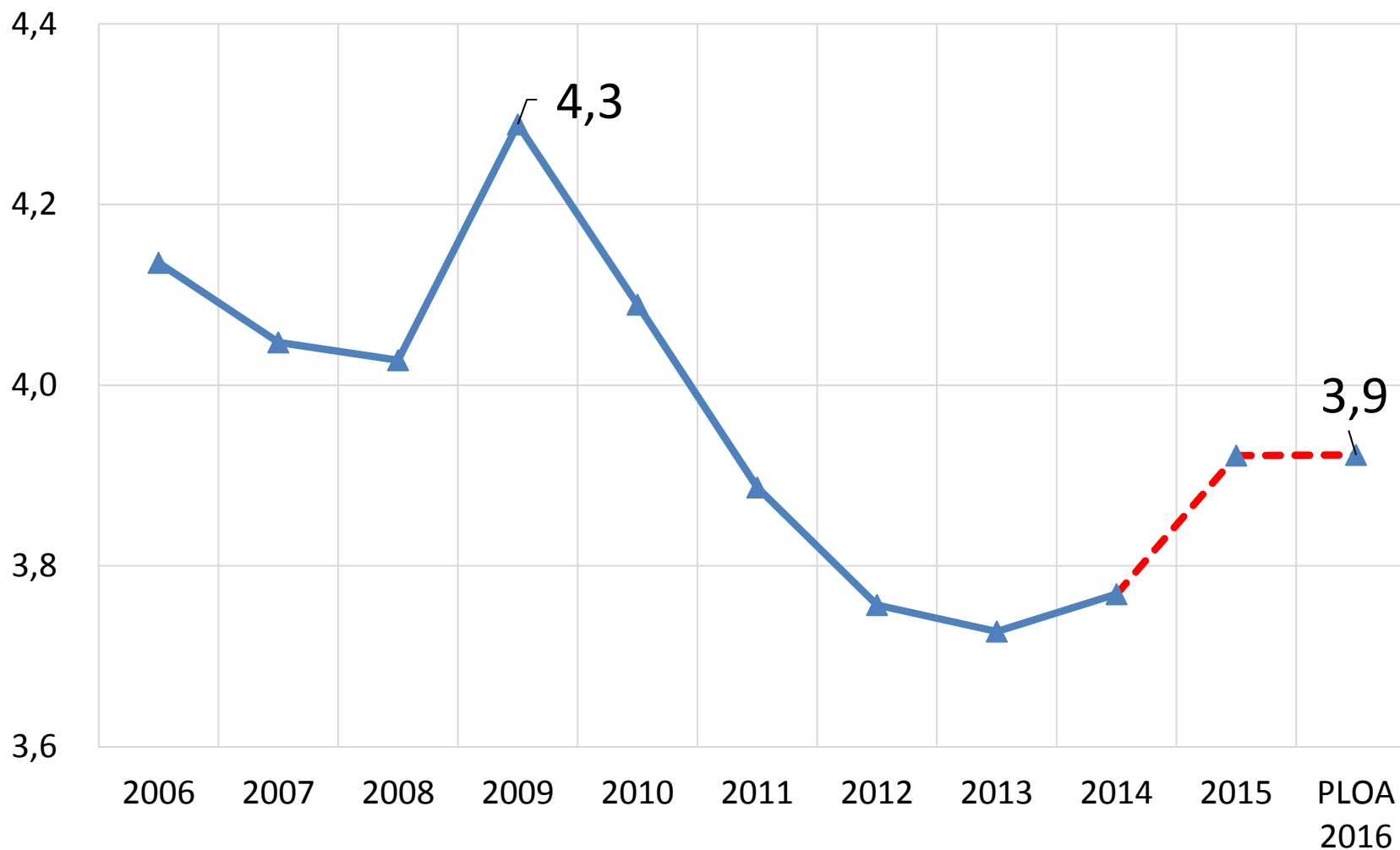
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

(R\$ bilhões)



Fonte: MPOG.

PESSOAL E ENCARGOS* SOCIAIS TODOS OS PODERES % PIB



*Exceto FCDF e Sentenças Judiciais

PROGRAMA FISCAL DE LONGO PRAZO

Principais linhas de ação

- **Previdência**: medidas legais e infra-legais para redução do déficit (fórum se inicia esta semana)
- **Pessoal**: acordo plurianual de reajuste salarial, reestruturação de cargos e redução de concursos
- **Saúde**: reavaliação das fontes e usos de recursos, com foco na redução de custos judiciais e aumento da qualidade do gasto
- **Reforma administrativa**: reavaliação da estrutura de Ministérios e cargos comissionados, contenção do gasto de custeio, melhor gestão de imóveis, reestruturação de órgãos e aperfeiçoamento da governança de estatais